



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 112

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 16 DE OUTUBRO DE 2006

ANO XXXI

### Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PMDB

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PMRB

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva  
Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni  
PFL ..... Plauto Miró Guimarães  
PSDB ..... Nelson Garcia  
PMDB ..... Antonio Anibelli  
PT ..... Ângelo Vanhoni  
PDT ..... Luiz Carlos Martins  
PPS ..... Waldir Leite  
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB ..... Jocelito Canto  
Bloco Parlamentar PP/PSB ..... Cida Borghetti

### Representação Partidária

**PMDB** - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

## S U M Á R I O

### **DIÁRIO Nº 112**

### **91ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 02**

#### **Expediente:**

Ofícios..... 03

Requerimentos ..... 05

Projetos de Lei ..... 07

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. José Domingos Scarpellini .... 08

Dep. Barbosa Neto ..... 09

Dep. Nelson Justus..... 10

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do Bloco PP/PSB

Dep. José Domingos Scarpellini .... 10

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 11

2ª Discussão..... 12

1ª Discussão..... 13

Requerimentos..... 16

**Encerramento da Sessão ..... 16**

#### **Publicações**

Atas de Comissões

Redação ..... 17

Programa de Demissão Voluntária

Pedidos de Adesão..... 17

### **DIÁRIO Nº 112**

### **91ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 91ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2006**

(segunda-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariado pelo Sr. Deputado Nereu Moura e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Durval

Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Nelson Garcia, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (42). Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Geraldo Cartário, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Duílio Genari, Luiz Carlos Martins, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Padre Paulo Campos, Rafael Greca e Ratinho Júnior (11). Em licença o Sr. Deputado Hermas Brandão (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

## O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

***Expediente:******Ofícios***

Sob o nº CTL/CC 266/06, o Sr. Governador do Estado, em exercício, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 017/06, de autoria do Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, por julgá-lo inconstitucional. À **Comissão de Constituição e Justiça**.

Sob o nº CTL/CC 289/06, o Sr. Governador do Estado, em exercício, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 746/05, de autoria do Deputado Barbosa Neto, por julgá-lo contrário ao interesse público. À **Comissão de Constituição e Justiça**.

Sob o nº CTL/CC 290/06, o Sr. Governador do Estado, em exercício, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 244/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, por julgar as partes vetadas contrárias ao superiores interesses públicos. À **Comissão de Constituição e Justiça**.

Sob o nº CTL/CC 301/06, o Sr. Governador do Estado, em exercício, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 450/06, de autoria do Poder Executivo, por julgar as partes vetadas inconstitucionais. À **Comissão de Constituição e Justiça**.

Sob o nº CTL/CC 263/06, o Sr. Governador do Estado, em exercício, comunicando haver PROMULGADO o Projeto de Lei nº 299/06, de autoria dos Deputados Dobrandino Gustavo da Silva e Nelson Garcia, que dispõe sobre a idade máxima de utilização de veículos de transporte coletivo e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.265. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob os nºs CTL/CC 265 a 365, 267 a 288, 292 a 300 e 302 a 304/06, do Sr. Governador do Estado, em exercício, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

**345/06:** De autoria do Tribunal de Justiça que, altera as delimitações das Circunscrições do 1º ao 13º Serviços de Imóveis do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, na forma que especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.246. **Anote-se - Arquivo-se.**

**346/06:** De autoria do Tribunal de Justiça que, altera as delimitações das Circunscrições do 1º e 2º Serviços de Imóveis da Comarca de Ponta Grossa, na forma

que especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.247. **Anote-se - Arquivo-se.**

**715/06:** De autoria do Deputado Elton Welter, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Surdos - Apasa, com sede e foro na cidade de Adrianópolis, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.248. **Anote-se - Arquivo-se.**

**375/06:** De autoria do Deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública a Agência Regional de Desenvolvimento - ARD, com sede e foro no município de Mandaguari, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.249. **Anote-se - Arquivo-se.**

**374/06:** De autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Família de Cambira, com sede no município de Cambira e foro no município de Apucarana, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.250. **Anote-se - Arquivo-se.**

**372/06:** De autoria do Deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública o Programa do Voluntariado Paranaense - Provopar, com sede e foro no município de Pérola D' Oeste, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.251. **Anote-se - Arquivo-se.**

**371/06:** De autoria do Deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no município de Pérola D'Oeste e foro no município de Capanema, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.252. **Anote-se - Arquivo-se.**

**352/06:** De autoria do Deputado Ratinho Júnior, que declara de Utilidade Pública a Sociedade dos Poetas Jandaienses, com sede e foro no município de Jandaia do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.253. **Anote-se - Arquivo-se.**

**351/06:** De autoria do Deputado Ratinho Júnior, que declara de Utilidade Pública o Sistema de Saúde de Ubitatã - Sisu, com sede e foro no município de Ubitatã, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.254. **Anote-se - Arquivo-se.**

**147/06:** De autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a ONG Amigos da Vida, com sede e foro no município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.255. **Anote-se - Arquivo-se.**

**130/06:** De autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de Caprinos de Nova Tebas, com sede no município de Nova Tebas e foro no município de Manoel Ribas, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.256. **Anote-se - Arquivo-se.**

**249/06:** De autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Orgânicos de Palmas - Apropar, com sede e foro no município de Palmas, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.257. **Anote-se - Arquivo-se.**

**237/06:** De autoria do Deputado Elton Welter, que declara de Utilidade Pública a Central das Associações Rurais do Distrito de Rio da Prata - CARP, com sede e

foro no município de Nova Laranjeiras, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.258. **Anote-se - Arquivo-se.**

319/06: De autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a Missão Filadélfia, com sede e foro no município de Sertãozinho, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.259. **Anote-se - Arquivo-se.**

326/06: De autoria do Deputado Antonio Anibelli, que declara de Utilidade Pública a entidade Resgate Casa de Recuperação para Homens, com sede e foro no município de Goioerê, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.260. **Anote-se - Arquivo-se.**

333/06: De autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Servidores Municipais de Ibiporã, com sede e foro no município de Ibiporã, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.261. **Anote-se - Arquivo-se.**

341/06: De autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública o Provopar - Ação Social do Município de Paranavaí, com sede e foro no município de Paranavaí, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.262. **Anote-se - Arquivo-se.**

334/06: De autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores Jardim Aeroporto, com sede e foro no município de Irati, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.263. **Anote-se - Arquivo-se.**

330/06: De autoria do Deputado Hermas Brandão, que anistia as faltas dos professores e servidores da Rede Estadual de Ensino, que fizeram manifestação pública no dia 28 de março de 2006, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.266. **Anote-se - Arquivo-se.**

553/06: De autoria da Deputada Arlete Caramês, que assegura a deficiente física prioridade de vaga em Escola Pública próxima da residência, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.267. **Anote-se - Arquivo-se.**

278/06: De autoria do Deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação das Senhoras dos Rotarianos de Moreira Salles, imóvel que específica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.268. **Anote-se - Arquivo-se.**

026/06: De autoria do Deputado Ademir Bier, que autoriza o Poder Executivo a proceder reversão dos imóveis que específica, ao patrimônio do município de Marechal Cândido Rondon, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.269. **Anote-se - Arquivo-se.**

349/06: De autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Curitiba, imóvel que específica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.270. **Anote-se - Arquivo-se.**

295/06: De autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Maringá, imóvel que específica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.271. **Anote-se - Arquivo-se.**

186/06: De autoria do Deputado Cleiton Kielse, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Caiuá o imóvel conforme

específica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.272. **Anote-se - Arquivo-se.**

368/06: De autoria do Deputado Antonio Anibelli, que autoriza o Poder Executivo a proceder doação para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae, imóvel no município de Planaltina do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.273. **Anote-se - Arquivo-se.**

314/06: De autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários Professor Asad Kustandi Kardusch do Colégio Agrícola Estadual Getúlio Vargas de Palmeira, com sede e foro no município de Palmeira, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.274. **Anote-se - Arquivo-se.**

381/06: De autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural Franciscana, mantenedora do Colégio São Francisco, com sede no município de Ponta Grossa e foro na cidade de São Paulo, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.275. **Anote-se - Arquivo-se.**

384/06: De autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Solitude II, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.276. **Anote-se - Arquivo-se.**

417/06: De autoria do Deputado Vanderlei Iensen, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social da Igreja Evangélica Pentecostal Corpo de Cristo, com sede e foro no município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.277. **Anote-se - Arquivo-se.**

418/06: De autoria do Deputado Natálio Stica, que altera o artigo 1º da Lei nº 5.842/68, que declarou de Utilidade Pública a Sociedade de São Vicente de Paulo - Conferência de Santo Antonio da Lapa, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.278. **Anote-se - Arquivo-se.**

419/06: De autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Associação Coral Renascer, com sede e foro no município de Pato Branco, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.279. **Anote-se - Arquivo-se.**

422/06: De autoria do Deputado Elton Carlos Welter, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Produtores Rurais de Colônia Municipal e adjacências, com sede e foro no município de Laranjeiras do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.280. **Anote-se - Arquivo-se.**

398/06: De autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Catadores de Papel - Ascapabel, com sede e foro no município de Francisco Beltrão, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.281. **Anote-se - Arquivo-se.**

386/06: De autoria do Deputado Antonio Anibelli, que denomina de Prefeito Gabriel de Oliveira Silva, a Rodovia PR-550, que liga os municípios de Iguaçu e Munhoz de Mello ao município Santa Fé, no Estado do

Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.282. **Anote-se - Arquivo-se.**

795/06: De autoria do Deputado Valdir Leite, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Paz e Luz, com sede e foro no município de Paranaguá, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.283. **Anote-se - Arquivo-se.**

385/06: De autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Instituto Casa do Idoso Deficiente Visual, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.284. **Anote-se - Arquivo-se.**

388/06: De autoria do Deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação Nacional de Pesquisa em Arte, Educação e Cultura - ANPARE, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.285. **Anote-se - Arquivo-se.**

395/06: De autoria do Deputado Jocelito Canto, que declara de Utilidade Pública a Fundação Médico-Assistencial do Trabalhador Rural de Palmeira, com sede e foro no município de Palmeira, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.286. **Anote-se - Arquivo-se.**

403/06: De autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública o Projeto Edinilse Aquino Pimentel, com sede e foro no município de Pinhais, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.287. **Anote-se - Arquivo-se.**

404/06: De autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica Gerônimo Moreira, com sede e foro no município de Laranjeiras do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.288. **Anote-se - Arquivo-se.**

405/06: De autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Aldeia Feliz, com sede no município de Santa Maria do Oeste e foro no município de Pitanga, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.289. **Anote-se - Arquivo-se.**

163/06: De autoria do Poder Executivo, que altera o artigo 1º da Lei nº 14.773, de 05/07/05, referente ao ICMS nos casos de contratação de demanda de potência isentando o tributo sobre parcelas não utilizadas pelo adquirente, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.291. **Anote-se - Arquivo-se.**

799/06: De autoria do Poder Executivo, que isenta do ITCMD, a renúncia de usufruto vitalício gravado, sobre o imóvel e para os fins que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.292. **Anote-se - Arquivo-se.**

407/06: De autoria do Deputado Hermas Brandão, que revoga a Lei nº 9.444, de 20 de novembro de 1990, referente à criação do município de Jardim Paulista, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.293. **Anote-se - Arquivo-se.**

408/06: De autoria do Deputado Hermas Brandão, que revoga a Lei nº 9.240, de 09 de maio de 1990, referente à criação do município de Bragantina, o qual con-

vertido em Lei tomou o nº 15.294. **Anote-se - Arquivo-se.**

409/06: De autoria do Deputado Hermas Brandão, que revoga a Lei nº 9.305, de 21 de julho de 1990, referente à criação do município de Vila Nova, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.295. **Anote-se - Arquivo-se.**

410/06: De autoria do Deputado Hermas Brandão, que revoga as Leis nºs 9.302/90 e 9.442/90, referentes à criação do município de Guaraituba, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.296. **Anote-se - Arquivo-se.**

412/06: De autoria do Deputado Hermas Brandão, que revoga as Leis nºs 9.318/90 e 9.530/91, referente à criação do município de São José do Ivaí, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.297. **Anote-se - Arquivo-se.**

413/06: De autoria do Deputado Hermas Brandão, que revoga a Lei nº 9.288, de 05 de julho de 1990, referente à criação do município de Doutor Antônio Paranhos, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.298. **Anote-se - Arquivo-se.**

414/06: De autoria do Deputado Hermas Brandão, que revoga a Lei nº 9.230, de 24 de abril de 1990, referente à criação do município de Doutor Antonio Paranhos, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.299. **Anote-se - Arquivo-se.**

147/05: De autoria do Deputado Jocelito Canto, que destina às mulheres chefes de família que atendam os requisitos que especifica, 20% das unidades de programas de loteamentos sociais e de habitação popular, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.301. **Anote-se - Arquivo-se.**

256/06: De autoria dos Deputados Marcos Isfer e Nelson Garcia, que suprime o artigo 18 e seu parágrafo, da Lei nº 15.060, de 02 de maio de 2006, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.302. **Anote-se - Arquivo-se.**

294/06: De autoria do Deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a doar os imóveis que especifica ao município de Vitorino, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.303. **Anote-se - Arquivo-se.**

## Requerimentos

### REQUERIMENTO Nº 2208

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 491/06, que declara de Utilidade Pública o Centro Ouro Branco de Assistência ao Menor do município de Londrina, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.10.06.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

### REQUERIMENTO Nº 2210

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os

projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 16.10.06.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

#### REQUERIMENTO Nº 2209

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário que seja marcada Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 16.10.06.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

#### REQUERIMENTO Nº 2204

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de pesar pelo falecimento da Sra. Tomi Nakagama, com 99 anos de idade, última remanescente do primeiro navio imigrante japonês Kasato-Maru.

Tomi Nakagawa, era Cidadã Honorária do Estado do Paraná, por proposição deste Parlamentar e era a última imigrante japonesa viva que veio ao Brasil junto com os primeiros imigrantes.

Deixa os filhos: Wataru Nakagawa, Sumiko Maehara, Setsuyo Yano, Kiyomi Nakagawa Suzuki, Eiko Nakagawa Itano e Kiyoshi Nakagawa e netos.

O Paraná e a história da imigração japonesa estão de luto pelo falecimento de Tomi Nakagawa.

Sala das Sessões, em 16.10.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 2199

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Campo do Tenente, pela passagem de seus 45 anos de emancipação política, no próximo dia 29 de outubro do corrente ano.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Reinaldo Afonso Pereira, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Antonio Edson de Souza, bem como a todos os Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Campo do Tenente.

Sala das Sessões, em 16.10.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A homenagem que através desta proposição queremos mostrar ao município de Campo do Tenente, por ocasião de mais um aniversário de sua emancipação polí-

tica, será das mais expressivas pelo nosso reconhecimento ao trabalho desenvolvido em prol da grandeza de toda a região.

Nada mais confortante para nosso espírito cívico e a nossa fé no Paraná que saudar efusivamente toda a população de Campo do Tenente na data magna da comemoração de seus 45 anos, cujos administradores de todos os tempos foram e são capazes de encarar a confiança da população com a invencível segurança transmitida por uma longa tradição de serviços prestados.

Com todo o respeito que as autoridades e a população de Campo do Tenente são merecedoras, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, renova sua homenagem de gratidão na certeza de que continuarão dando o melhor de seus esforços colaborando para o completo desenvolvimento do município.

#### REQUERIMENTO Nº 2202

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações aos 35 anos da Universidade Estadual de Londrina - UEL.

A Sessão Solene comemorativa, será no dia 16 de outubro de 2006, às 14:30, no Teatro Ouro Verde.

Requer ainda, envio de cópia ao Reitor Wilmar Sachetin Marçal, e o Vice-Reitor Professor Dr. César Antonio Caggiano Santos, através de correspondência a ser enviada à Rodovia Celson Garcia Cid - PR 445, km 380 - Campus Universitário - CEP: 86.051-990 - Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 16.10.06.

(a) ELZA CORREIA

#### REQUERIMENTO Nº 2205

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Pastor Edilson Santos Siqueira, alusivos aos seus 12 anos de pastorado e pela passagem de seus 46 anos de idade.

Sala das Sessões, em 16.10.06.

(a) VANDERLEI IENSEN

#### REQUERIMENTO Nº 2206

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações ao Grupo Apocalipse, alusivos aos seus 30 anos de existência e pelo lançamento de seu 5º CD.

Sala das Sessões, em 16.10.06.

(a) VANDERLEI IENSEN

## REQUERIMENTO Nº 2211

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, voto de congratulações ao professor Décio Sperandio, pela sua nomeação como Reitor da Universidade Estadual de Maringá-UEM.

O professor Décio é paulista de Mirandópolis, nascido em 26/01/1951, filho de Idalina e Orlando Sperandio (ele falecido).

É mestre em Matemática, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutor em Agronomia pela UEM.

Casado com a Sra. Lucia Regina, com quem tem a filha Melina (casada com Husley e residente em Roma) e mais Rodrigo e Talita.

É professor do Departamento de Administração, atuando nas áreas de pós-graduação e na graduação.

Já ocupou cargos de chefe do Departamento de Matemática e Estatística e de Diretor do Centro de Ciências Exatas da UEM. Implantou a assessoria de Comunicação Social da UEM e deu início aos Cursos de Mestrado em Educação e em Engenharia Química e inaugurou o campus regional de Diamante do Norte.

Sala das Sessões, em 16.10.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

## REQUERIMENTO Nº 2200

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de louvor ao sargento Arildo Martins e aos soldados Claudécir de Oliveira Garcia, Paulo Fabiano Zdebski e Vanderlei Valdir Viola, lotados na 2ª Companhia do 16º Batalhão de Polícia Militar, no município de Laranjeiras do Sul, pelo excelente trabalho realizado no salvamento do recém-nascido abandonado pela mãe e enterrado em toca de tatu no dia 09 de outubro passado.

Requer, ainda, que se dê ciência aos mesmos através de correspondência individual a ser encaminhada à Rua José Rodrigues Medina, 100 - Bairro São Francisco - CEP: 85.303-230 - Laranjeiras do Sul-PR.

Sala das Sessões, em 16.10.06.

(a) JOCELITO CANTO

## Projetos de Lei

## PROJETO DE LEI Nº 498/06

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Obesos da Cidade de Ponta Grossa e Campos

Gerais, com sede e foro no município de Ponta Grossa, Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.10.06.

(a) JOCELITO CANTO

## JUSTIFICATIVA:

O referido projeto de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Obesos da Cidade de Ponta Grossa e Campos Gerais, com sede e foro no município de Ponta Grossa-PR, entidade sem fins lucrativos, que tem por objetivos desenvolver atividades de assistência à saúde de pessoas obesas; ações para fortalecer sua auto-estima; promoção de palestras com profissionais da área médica; promoção de discussões em grupo; entre outras.

A iniciativa se justifica tendo em vista os relevantes serviços prestados pela entidade à comunidade do Município e Região, conforme se pode verificar nas atas e relatórios de atividades juntadas ao projeto, bem como preenche todos os requisitos formais e legais conforme documentação em anexo.

A aprovação do presente projeto permitirá à entidade requerer recursos oriundos dos poderes públicos, o que facilitará a execução de seus objetivos e para tanto, pedimos o apoio dos nobres Pares desta Casa.

## PROJETO DE LEI Nº 499/06

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae do Município de Japira, com sede no município de Japira e foro no município de Ibaiti.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.10.06.

(a) PEDRO IVO ILKIV

## JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae do município de Japira, com sede no Município de Japira e foro no município de Ibaiti, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas portadoras de deficiência, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

## PROJETO DE LEI Nº 500/06

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Desportiva Beneficente Fenix do

Corpo de Bombeiros de Guarapuava, com sede e foro no município de Guarapuava - Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.10.06.

(a) CLEITON KIELSE

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Desportiva Beneficente Fenix do Corpo de Bombeiros de Guarapuava, tem como finalidade estimular a prática desportiva amadora, organizar e patrocinar reuniões artísticas, culturais e sociais, incentivar a cultura intelectual e artística, organizar cursos promocionais de educação popular, cursos livres, ações básicas de saúde, promover triagem e reinserção social, prevenir a marginalização das pessoas, proporcionar proteção à infância, à adolescência e à velhice, animar e orientar a organização comunitária. No desenvolvimento de suas atividades não faz qualquer discriminação.

### ***Pequeno Expediente:***

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

### ***Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)***

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas:

Trago hoje um assunto relativamente interessante à Assembléia do Paraná que é o pedido de exoneração e o decreto que foi lavrado pelo Sr. Governador Hermas Brandão, pelo Chefe da Casa Civil Rafael Iatauro, do dia 22 de setembro de 2006, publicado no Diário Oficial do Paraná na edição 7316, página 04 que trata sobre a exoneração, a pedido, do Secretário de Educação Maurício Requião de Mello e Silva. Ao contrário de outros secretários e de outros nomeados em cargo em comissão, este pediu a sua demissão. A demissão foi aceita pelo Governador e foi nomeado o Sr. Ricardo Fernandes Bezerra como secretário interino para responder pela Secretaria de Estado da Educação.

Isto aqui, Sr. Presidente e Srs. Deputados seria até um exemplo de como deve se comportar um irmão do governador, que, estando exercendo o cargo de Secretário de Educação, pede demissão para se ver mais à vontade, mais livre para poder trabalhar em prol da candidatura do seu irmão à reeleição ao Governo do Estado do Paraná.

No entanto, isso foi feito apenas dez dias antes da eleição do 1º turno. E aí, sabemos que o Dr. Pisseti e vários outros secretários que estão envolvidos diretamente na campanha, não tomaram essa providência também. Mesmo sendo em cima da hora é melhor, antes tarde do que nunca.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados; o assunto que me deixou chocado quando recebi esse documento,

foi a tratativa de um cartão corporativo que existe lá dentro da Secretaria de Educação, e que está à margem de seis milhões de reais. Esse cartão corporativo de responsabilidade do Sr. Maurício Requião de Mello e Silva tem um débito que gira em torno de seis milhões de reais, e que ninguém sabe como é que foi gasto esse dinheiro nesse cartão Visa corporativo da Secretaria da Educação e Cultura e da responsabilidade do Sr. Secretário Maurício Requião de Mello e Silva.

Ora, seis milhões de reais é muito dinheiro para um cartão corporativo de responsabilidade de um funcionário, ou de um Secretário, ou de uma Pasta! Isso é um verdadeiro absurdo! E que existe dentro da Secretaria da Educação uma sindicância para saber quem foi que gastou esses seis milhões de reais, - não dólares, Sr. Presidente, Srs. Deputados - mas são seis milhões de reais que foram gastos em um cartão corporativo que agora é objeto de uma investigação, Deputado Durval Amaral. Uma coisa puxa a outra.

Aí já me disseram, de fonte segura, que o pedido de exoneração feito pelo Secretário Maurício Requião seria em função da alta soma gasta nesse cartão corporativo da Secretaria da Educação e Cultura.

Eu quero crer que diante da gravidade desses fatos...

**O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)**

Concede um aparte, Deputado?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Pois não.

**O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)**

O senhor está aqui trazendo uma denúncia?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Não, eu estou relatando um fato. Nós fomos pegos de surpresa, acho que grande parte da população paranaense, porque nós temos um Secretário de Educação chamado Ricardo Fernandes Bezerra, que desde o dia 22 de setembro assumiu no lugar de Maurício Requião de Mello e Silva, e estaria dentro da Secretaria da Educação um procedimento administrativo investigatório para responsabilizar quem é o culpado pelo gasto de um cartão corporativo no valor de seis milhões de reais. É esse o fato ou os fatos: a exoneração e a nomeação de um Secretário.

O Deputado Hermas Brandão assina o Decreto, exonera o Maurício Requião e nomeia o Sr. Ricardo Fernandes Bezerra, que era Diretor-Geral da Secretaria. E aí tem esse procedimento administrativo investigatório para responsabilizar quem é, quando, e como foram gastos seis milhões de reais em um cartão corporativo.

Eu não sei se V. Exa. quer...

**O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)**

Caiu a ficha. Entendi.



O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Então, estou indignado com essa situação porque quem...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Eu entendo que um cartão corporativo com o valor de seis milhões de reais é uma coisa relativamente absurda. Acho que a Assembléia Legislativa do Paraná - vamos apresentar um requerimento, acredito, a Oposição, para que possamos realmente ir lá fazer essa investigação, a própria Assembléia convocar aqui o atual Secretário da Educação para que ele venha aqui, esse Dr. Ricardo Fernandes Bezerra, esclarecer se é ou não compatível com a Pasta gastar em um cartão corporativo um valor de seis milhões de reais. Estou estarelecido com isso.

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

Deputado, se fizermos a contas, são quarenta e oito meses de mandato...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Scarpellini, peço a compreensão pois não cabe aparte no Pequeno Expediente.

V. Exa. poderá usar o Horário da Liderança de seu Partido.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Vou deixar para depois.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Então, obrigado, Deputado Scarpellini!

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

### ***Deputado Barbosa Neto (PDT)***

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Acabo de receber a informação que os índios cai-guanguês, da usina do Salto de Apucarantina, no município de Tamarana, no Norte do Estado, fizeram dois funcionários da Copel como reféns e estão exigindo do Governo do Estado uma indenização maior por parte dos royalties que o Governo deve aos índios que tiveram suas áreas alagadas ali quando da usina do Salto Apucarantina, que é uma usina de baixo impacto ambiental, mas que esse problema se arrasta já há alguns anos na Justiça e trago esse fato ao conhecimento de V. Exa. neste momento, para demonstrar que o Governo vem conduzindo de forma equivocada essa questão de se construir a usina hidrelétrica de Mauá da Serra, que sabemos que será, na verdade, o estopim para a construção de cinco ou

seis usinas hidrelétricas ao longo do rio Tibagi. Essa é uma demonstração que os índios estão dispostos a lutar até o final, bem como a comunidade universitária e acadêmica, para não permitir que essa manobra que foi feita possa ser concluída e o rio Tibagi perca a sua condição de rio virgem.

O relato da professora doutora em química ambiental da Universidade Estadual de Londrina, Maria Josefa Santos Yabe, é de total desolação em relação à decisão do Tribunal Regional Federal, que passou por cima de duas liminares que impediam o leilão para a construção da usina hidrelétrica de Mauá da Serra. Diz a professora Maria Josefa Santos Yabe, Diretora do Nema - Núcleo de Estudos do Meio Ambiente: "um complexo sistema de fraudes, erros e manipulações científicas foram feitos para conseguir que essa usina pudesse ser leiloada". E quem agora está por trás de tudo isso é a própria Copel, o próprio Governo do Estado, que parou, parece-me, com a estória de dar um tapa e esconder a mão e assumiu essa responsabilidade. Às vésperas da eleição essa notícia é extremamente negativa não só para o Governo do Estado, mas com conseqüências até na comunidade ambiental internacional.

Trago aqui também a declaração do Sr. Jonas da Costa, que diz: "Por favor, autoridades, eu clamo - ouçam as súplicas da sociedade que será prejudicada, ouçam as súplicas da natureza. A natureza também pertence aos que estão por vir". E temos aí outras autoridades dessa área ambiental que lamentam sensivelmente essa determinação da Justiça que vai conseguir fazer o leilão e construir a usina hidrelétrica de Mauá, na região de Londrina.

Mais uma vez fica aqui o nosso protesto. Somos pela lei, e foi realmente desrespeitada a legislação, passou-se por cima de laudos ambientais, o IAP não teve ainda a grandeza de admitir que ali não é propício para a construção de uma usina hidrelétrica, há flagrante desrespeito à lei, que também prevê que o Ibama autorize essa construção. O IAP não pode dar seu parecer sem antes o Ibama, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente também se manifestar sobre essa questão. Há manipulações, há erros, há vários pontos que não foram observados e estamos realmente bastante preocupados com o que vai acontecer.

A comunidade ambiental, a liga ambiental, a Comissão Pastoral da Terra, o MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens, já estão se mobilizando com entidades e organismos internacionais para que não joguemos a toalha e que a luta continue em favor do rio Tibagi, em favor da fauna, da flora e dessa população indígena que não pode ser dizimada ou desrespeitada nesse momento!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Nelson Justus.

## ***Deputado Nelson Justus (PFL)***

O SR. NELSON JUSTUS (PLF)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos na pauta do dia de hoje duas propostas de reforma à Constituição e eu quero falar sobre estas duas propostas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos, na tarde de hoje, uma oportunidade extraordinária de mudarmos a cara desta Casa. Temos hoje uma oportunidade viva de mostrarmos que temos coragem e que temos, efetivamente, independência! É hora de darmos um basta ao jogo para a torcida! Eu fiz questão de apresentar estes dois projetos e jamais tê-los usado na minha campanha eleitoral para que ninguém ousasse dizer que o fim do voto secreto nesta Casa teria cunho eleitoreiro!

Pois bem, a campanha eleitoral terminou e esta Casa tem um momento vivo de exterminar, de uma vez por todas, com o binômio voto secreto! Temos que mostrar, efetivamente que somos o que somos, que somos o que fazemos e que não temos que temer a quem quer que seja! O momento é muito especial, até porque ninguém ousa aqui dizer hoje que o Governador estará desse lado ou daquele. As pesquisas estão aí para mostrar que há um determinado empate técnico entre os dois.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados é o momento exato de mostrarmos a nossa independência, de mostrarmos que ouvimos a sinalização da população. A sociedade como um todo sinaliza para que se acabe com o voto secreto nesta Casa, por isso é preciso ter coragem, equilíbrio e bom senso! Nós já aprovamos essa matéria há alguns dias atrás em 1ª Discussão. Pois bem, hoje vem a 2ª Discussão; nós precisamos de 33 votos e temos 33 Deputados aqui nesta Casa. Não podemos deixar passar esta oportunidade, por isso Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu clamo a V. Exa. pela vontade de mostrarmos a coragem, a independência e a vontade que ouvimos através de toda sociedade brasileira! Isso está acontecendo e não é só aqui no Estado, está acontecendo, Deputado Nereu Moura, em todo o país. O país inteiro está mostrando coragem, está mostrando independência. Dos covardes, a história não fala. Por isso, clamo a V. Exas. para que extirpemos de vez com o binômio voto secreto nesta Casa.

Quanto à segunda proposição de Emenda Constitucional, que fala exclusivamente a uma definição especial ao nosso meio ambiente. Sr. Presidente e Srs. Deputados, uma vez aprovada esta segunda emenda, teremos nas novas edificações, além da obrigatoriedade do “habite-se” ou a obrigatoriedade do alvará, teremos também a vistoria, a parceria da Sanepar. Nenhuma casa ou nenhuma edificação nova será possível, terá o seu “habite-se” sem o certificado da Sanepar. Isto é, ninguém poderá construir uma casa que não esteja ligada à rede de esgoto, ou que não tenha uma fossa moderna, decente, ou uma caixa de gordura, sem que isso onere um centavo a

população, seja isso de responsabilidade do Estado, da Prefeitura ou da Sanepar.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, conclamo a V. Exas. para que estejam presentes e aprovelem essas duas reformas à Constituição, que sem dúvida nenhuma marcarão o final do nosso exercício, marcarão este período legislativo de uma forma muito positiva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Horário da Lideranças do Bloco PP/PSB.

Concedo a palavra ao Deputado José Domingos Scarpellini.

### ***Horário das Lideranças:***

#### ***Liderança do Bloco PP/PSB: Deputado José Domingos Scarpellini***

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos ingressando com uma ação popular visando atingir um homem que se tornou um super Governador do Paraná, doutor em ciências jurídicas, advogado, causídico que ninguém conhecia. E de repente este homem, o todo-poderoso Dr. Sérgio Botto de Lacerda, começou a administrar o Estado do Paraná, Presidente do Conselho Fiscal da Copel, Presidente do Conselho Fiscal da Sanepar, Presidente do Conselho Fiscal do Porto de Paranaguá. Foram se acumulando cargos ao seu cargo de Procurador Geral do Estado. E ele, o todo-poderoso, desceu das estrelas e com o seu próprio brilho começou a dominar a administração pública estadual. E foi por aí a fora, fazendo recursos, elaborando contratos aditivos. E o Dr. Sérgio Botto de Lacerda se tornou o Governador de fato. Fez um contrato com a empresa concessionária do pedágio, que estava fazendo a duplicação da Rodovia das Cataratas, rodovia de Foz do Iguaçu - Cascavel; fizeram lá um contrato aditivo em que o Governador Roberto Requião assina junto com o Dr. Tissot, com o Secretário de Transportes Deputado Waldir Pugliesi, e nessa assinatura, o Governo autoriza as empresas de pedágio de fazerem as obras que bem entendessem e a fazer os reajustes de preço na medida que fosse do seu interesse. Em seguida, a duplicação que estava sendo feita é paralisada, e o Dr. Botto de Lacerda que foi o autor intelectual desse aditivo mantém essa peça pública escondida na sua gaveta e por essa razão, as concessionárias de pedágio passaram a pintar faixas e a cortar grama ao redor das rodovias. Deixaram de executar os serviços de duplicação, os serviços de alargamento de pontes e os serviços de infra-estrutura que vinham executando ou que tinham uma programação de execução. E essas concessionárias começaram daí para frente a fazer os próprios reajustes dos preços das tarifas de pedágio, pois estão autorizadas através desse contrato, a elaborarem os

aumentos, e desobrigadas de fazer as duplicações e de fazer os investimentos necessários.

Nunca na história do Paraná empresas ganharam tanto quanto nesse governo do Governador Roberto Requião, sob a orientação, a batuta do Dr. Botto de Lacerda, que foi dando uma orientação que terminou beneficiando às empresas concessionárias que hoje só cobram o quanto querem, não realizam os serviços que originariamente teriam que realizar, e o que vemos, é o Governador dizendo que ele está lutando para acabar com o pedágio.

Isso é tão falso como bula de remédio, não tem uma verdade nisso. O Governador assinou um termo aditivo dando às empreiteiras, e as concessionárias aquilo que ninguém teria coragem de dar em sua consciência. E temos certeza que o grande orientador disso foi o Procurador Geral do Estado, Dr. Sérgio Botto de Lacerda.

Estamos ingressando com ação popular. A ação popular visa a destituição dos cargos acumulados pelo Dr. Sérgio Botto de Lacerda, porque existe o proibitivo constitucional da acumulação dos cargos, e ele, como Procurador Geral, não poderia estar dando esse exemplo que está dando ao Paraná.

Ele, como Procurador, não poderia ser Presidente do Conselho da Copel, da Sanepar e do Porto de Paranaguá. Ora, isto é um verdadeiro absurdo! Ele passou a governar estas instituições, e exatamente estas onde existe a independência econômica e financeira é que o Dr. Botto de Lacerda gosta de estar presente e de fazer sua atuação como...

#### **O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)**

Primeiramente, obrigado pelo aparte que V. Exa. me concede.

Acabei de conversar com o Dr. Sérgio Botto de Lacerda. Não existe este acordo. O que existe é que quando o então Governador Jaime Lerner fez um acordo com as concessionárias para baixar o pedágio, antes da eleição - e baixou, depois subiu de novo - esta duplicação já deveria estar pronta. Ele jogou para 2013. Não tem nenhum acordo homologado neste governo. O Dr. Sérgio inclusive pode vir à Assembléia e vamos constatar que não é verdade.

#### **O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)**

Só quero, então, o seguinte: está na minha pasta, no meu gabinete. Vou subir, V. Exa. pede a palavra, e eu vou trazer uma cópia do acordo feito. Vou apartear V. Exa. e oferecer-lhe uma cópia deste acordo feito, deste aditivo de convênio firmado, em que várias pessoas assinaram e que não foi dado conhecimento público ao povo e certamente os Deputados do Paraná não têm conhecimento deste acordo.

#### **O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)**

Mas, foi homologado?

#### **O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)**

Está em minhas mãos, trago para V. Exa. dentro de dois minutos.

#### **O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)**

Eu lhe agradeço.

#### **O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)**

Sr. Presidente, vou buscar em meu gabinete e volto para fazer a entrega deste acordo existente, ao Deputado Dobrandino da Silva.

Muito obrigado.

### ***Ordem do Dia:***

#### **O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 42 Srs. Deputados:

#### **O SR. NELSON JUSTUS (PFL) (Pela Ordem)**

Eu queria aproveitar para pedir que V. Exa. fizesse a chamada nominal para que nós trouxéssemos os Deputados que estão nos gabinetes, para o plenário.

#### **O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Será feita a chamada nominal.

Solicito à Deputada Cida Borghetti para que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

#### **A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Cida Borghetti)**

**(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)**

#### **O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Trinta e seis Srs. Deputados responderam à chamada. Portanto, há quórum para prosseguimento da Sessão.

### ***Leitura do Expediente***

Projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2209, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando que seja marcada Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## 2ª Discussão

### ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - da Proposição (anexas) nºs 026 e 029/06. Reforma à Constituição Estadual, de autoria dos Deputados Padre Paulo Campos e Nelson Justus, alterando os incisos XIII e XIX, do artigo 54, o parágrafo 2º, do artigo 59, e insere parágrafo único no artigo 71 da Constituição do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. EMENDA CORRETIVA DA COMISSÃO ESPECIAL.

(Obs:) A Proposição nº 029/06, foi publicada em 04/09/06, juntamente com a Emenda Corretiva referente às 2 proposições. Nesta Sessão está publicada somente a Proposição nº 026/06 (anexas).

#### PROPOSIÇÃO Nº 026/06 EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º Fica alterado o parágrafo 4º do artigo 71 da Constituição do Estado do Paraná, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 4º O veto será apreciado em Sessão única, dentro de 30 (trinta) dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados, em votação nominal.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.03.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

Apoioamento:

Tadeu Veneri, Duílio Genari, Ângelo Vanhoni, Luciana Rafagnin, Reni Pereira, Elton Carlos Welter, Durval Amaral, Arlete Caramês, Marcos Isfer, André Vargas, Jocelito Canto, Hermes Fonseca, César Seleme, Renato Gaúcho, Natálio Stica, Chico Noroeste, Francisco Bühner, Waldir Leite, Nelson Garcia e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela, tem por objetivo, dar transparência ao sistema democrático do processo legislativo desta Assembléia, com a alteração da redação do parágrafo 4º do artigo 71 da Constituição do Estado do Paraná.

Tal alteração vem substituir a votação de escrutínio secreto por votação nominal, referente aos projetos vetados pelo Poder Executivo.

O Regimento Interno desta Casa de Leis, Capítulo V - Dos Projetos Vetados, parágrafo 2º do artigo 213, repete o texto da Constituição Estadual.

É um direito de cada eleitor saber como o Deputado, - em quem votou na última eleição -, está se posicionando frente aos projetos de lei vetados pelo Governador.

O processo de votação por escrutínio secreto não mais reflete o pensamento da população brasileira, pois os últimos acontecimentos políticos ocorridos em Brasília, Capital Nacional, grita mudanças mais profundas em todo o sistema político.

A votação por escrutínio secreto esconde dos cidadãos paranaenses, todo e qualquer tipo de interesse individual e/ou de pequenos grupos, que fazem prevalecer o interesse individual em vez de público.

Todo o Deputado quando eleito recebe dos eleitores uma procuração para representá-los e defender o interesse público e coletivo, não podendo assim, esconder seu voto, que não lhe pertence.

Tornar de conhecimento público a forma que cada Deputado está votando, é um dever de prestação de contas legislativa, já que foi eleito pelo povo e seu salário é pago também pelo povo.

Quem não deve, não treme, não teve e muito menos tem medo de votar todo e qualquer tipo de projeto de forma nominal.

Esta Assembléia Legislativa já deveria ter disponibilizado e de forma gratuita, na internet e em material impresso, a qualquer cidadão paranaense, eleitor ou não, independente de requerimento formal ou verbal, relação completa de todas as votações nominais, em até 15 (quinze) dias do seu acontecimento, contendo a matéria votada, o nome do Deputado, seu Partido e sua manifestação de voto.

Todo o processo de votação, para ser transparente e democrático, deve ser nominal.

É neste pensamento que esta Casa de Leis deve fazer a sua parte, servindo de exemplo aos demais Estados brasileiros.

Sendo assim, espera-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente Emenda Constitucional.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

De acordo com o artigo 194, será aprovada a proposta pelo processo nominal que obtiver, em ambos os turnos 3/5 dos votos dos membros da Assembléia Legislativa.

Solicito à 1ª Secretária, Deputada Cida Borghetti que proceda à chamada para voto nominal. Aqueles que aprovam o projeto deverão se pronunciar com o “SIM” e os que discordam deverão se pronunciar com o “NÃO”.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)

(**Procede à chamada nominal para votação do Item nº 01**)

O SR. NELSON JUSTUS (PFL) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, os Deputados que votam a favor do fim do voto secreto votam “SIM” e quem é contrário ao fim do voto secreto vota “NÃO”?

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Exatamente.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Permite uma observação?

**(Assentimento)**

Só consulto à Mesa se esta Proposta de Emenda Constitucional terá Redação Final.

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Terá Redação Final, Deputado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Porque a súmula está divergente com o texto primário e o texto apresentado com Emenda Corretiva.

Se tiver condições de corrigir...

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Poderá ser corrigido na Redação Final, Deputado.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA **(Cida Borghetti)**

34 Srs. Deputados responderam “SIM”.

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

**Está aprovada em 2ª Discussão a Proposição nº 029/06.**

O SR. NELSON JUSTUS (PFL) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, quero agradecer a todos companheiros desta Casa, em especial à Comissão que apreciou e que dá uma oportunidade para termos no próximo período uma nova Assembleia Legislativa. Está de parabéns a Mesa, está de parabéns a Comissão e estão de parabéns todos os Deputados que tiveram a coragem de permanecer em plenário e votar a favor de um projeto que muda “a cara” desta Casa a partir do ano que vem.

Parabéns e viva a Assembleia Legislativa!

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, queria dizer que me senti muito honrada, Deputado Nelson Justus, de poder nesta Comissão presidida pelo Deputado Plauto Miró, fazer o parecer da comissão como relatora, favorável. Evidentemente que enquanto deputada estadual tive muitos momentos de alegria nesta Casa. De satisfação, de prazer, de sensação de dever cumprido. E este é um desses momentos. Deixo a Assembleia Legislativa no ano que vem, mas sinto um orgulho enorme de ter feito parte de uma legislatura, que felizmente estive aqui não só para dar o parecer contra o voto secreto, pela derrubada do voto secreto, mas por ter sido relatora desse projeto. Acho que neste momento a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dá uma

demonstração de maturidade e de consciência que aqui os 54 deputados devem, sim, dar visibilidade, transparência à opinião pública, à população que nos elegeu e que nos trouxe para cá.

Então, parabéns à Assembleia Legislativa! Queria que ficasse consignado nesta Casa para a história de minha rápida passagem por aqui, a honra e o prazer que tive em votar “SIM” pela derrubada do voto secreto, o que certamente mudará absolutamente pela raiz o conceito e a participação dos Deputados desta Casa, porque agora, sim, a opinião pública vai saber, clara e objetivamente, a nossa opinião, sem precisar daquela cabine secreta que na minha avaliação é um atraso na construção da Democracia, uma cópia do que há de mais atrasado e anti-democrático dos regimes anteriores, escondendo o voto e a participação dos parlamentares.

Era isso, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

## ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 030/06. Reforma à Constituição Estadual, de autoria do Deputado Nelson Justus Insere parágrafo 5º, no artigo 207, da Constituição Estadual. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. **(Publicada em 04/09/06).**

Também, conforme o artigo 194, será aprovada a proposta pelo processo nominal que obtiver em ambos os turnos 3/5 dos votos dos membros da Assembleia.

Solicito à 1ª Secretária, Deputada Cida Borghetti, para que proceda à Chamada para Voto Nominal.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA **(Cida Borghetti)**

**(Procede à Chamada Nominal)**

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Trinta e quatro votos favoráveis. **A Proposição nº 030/06 está aprovada.**

## 1ª Discussão

## ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 053/06. Reforma à Constituição Estadual, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 049/06, dá nova redação ao *caput* do artigo 185 da Constituição do Estado do Paraná. (Ensino). PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.

PROPOSIÇÃO Nº 053/06

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º O *caput* artigo 185, da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

*O Estado aplicará anualmente trinta por cento, no mínimo, e os Municípios aplicarão anualmente vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferência na manutenção e desenvolvimento do ensino público.*

Art. 2º Fica incluído, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual, o artigo 60 com a seguinte redação:

*Art. 60. A norma instituída pelo caput do artigo 185, da Constituição Estadual, passa a vigorar a partir do exercício financeiro de 2007.*

Sala das Sessões, em 20.06.06.

(a) PODER EXECUTIVO

Comissão Especial de Reforma da  
Constituição Estadual do Paraná

PROPOSIÇÃO Nº 053/06

De autoria do Poder Executivo

P A R E C E R :

Dá nova redação ao *caput* do artigo 185 da Constituição Estadual, inclui o artigo 60 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

O Estado aplicará anualmente 30% no mínimo, e os Municípios aplicarão anualmente 25% no mínimo, da Receita resultante de Impostos, na manutenção e desenvolvimento do Ensino Público.

A Emenda Constitucional em análise, proposta pelo Sr. Governador do Estado, visa **ampliar para 30% no mínimo** a obrigatoriedade de **aplicação anual** da Receita resultante de Impostos Estaduais - na **manutenção e desenvolvimento do Ensino Público**.

Este relator, de pronto, manifesta sua concordância, recomendando máxima urgência na tramitação legislativa, certo de que a egrégia Assembleia Legislativa do Paraná, será sensível a esta proposta redentora:

“A Educação deve ser a prioridade de todas as prioridades.”

O futuro do Paraná depende, em sua essência, da Escola Pública que formos capazes de oferecer às nossas crianças, jovens e adultos.

Nosso acanhamento cultural, e muitas de nossas mazelas sociais, devem-se ao atraso na valorização da Escola Pública. Refere a História local que, já no início do século 19 havia o clamor junto à Assembleia Provincial de São Paulo pelo envio de mestres-régios ao Paraná, para o ensino público:

Escolas no Paraná, só as jesuítas, nas missões de Guaíra e no venerável Colégio de Paranaguá, do século 17, fechadas pelo Marquês de Pombal, com supressão da Ordem, na primeira metade do século 18.

As famílias patricias socorriam-se de professores particulares para a formação de seus filhos.

Na Palmeira de 1834, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá era um desses jovens, que precisou ir estudar em Curitiba. Ele escreveu;

“Aos sete anos, deixei pela primeira vez a casa paterna, para aprender a ler em Curitiba, com o mestre particular Luiz de França. Ainda não havia mestre-régio. O primeiro foi João Baptista Brandão de Proença com quem concluí meu ensino primário”.

Os mestres-régios para meninos teriam começado:

Em Curitiba desde 1821;

Em Paranaguá, desde 1826;

Em Antonina, desde 1827;

Em Guaratuba, desde 1829;

Em Vila Nova do Príncipe (Lapa) 1832;

Em Castro, 1833;

Em Morretes, 1837;

Em São José dos Pinhais, 1840.

Palmeira, Campo Largo, Porto de Cima, Ponta Grossa, Guarapuava, Rio Negro e Guaraqueçaba, conquistaram seu professor público nas décadas de 1840 e 1850.

Já as meninas de Curitiba, passaram a contar com professores de primeiras letras, 14 anos depois, apenas em 1853.

As parnanguaras, 10 anos depois, em 1836.

Nas demais localidades, o ensino feminino, só nas décadas seguintes do século 19.

O quadro de acanhamento cultural só haveria de melhorar com a criação da Província do Paraná, em 29 de agosto de 1853, e sua instalação em 19 de dezembro do mesmo ano.”

(cf. as professoras Etelvina Maria de Castro Trindade e Maria Luiza Andreazza, no livro *Cultura e Educação do Paraná*. UFPR. 2002)

Aqui a razão do atraso da sociedade brasileira e paranaense. Mesmo nossa elite demorou a ser educada.

Pensar que nos Estados Unidos (USA), a educação começou com as escolas dominicais das igrejas coloniais dos “Pilgrims Fathers”, ou “Pais Peregrinos”, quando da fundação das cidades da costa leste da América do Norte.

A atual proposta de emenda à Constituição do Paraná de 1989 resgata todo este passado de acanhamento cultural.

Inevitável lembrarmos a antiga profecia, o texto da Bíblia Sagrada onde o profeta Jó adverte:

“O homem é o que o homem conhece. O meu povo será levado cativo enquanto lhe faltar conhecimento”.

Também para os antigos gregos “só eram livres as pessoas que recebiam educação.”

É recordar a máxima socrática, onde o maior dos filósofos, inspirador da Paidéia dos gregos, definia:

“Cidades não precisam ser governadas, precisam ser educadas”.

Ainda o texto fundador da Democracia moderna no Ocidente, atribuído ao imortal Péricles, em discurso proferido no Areópago de Atenas, no 5º século AC, relaciona o progresso político do povo à educação:

“A Democracia é o respeito da lei e da ordem. O governo por consentimento do povo. O amor da Pátria, o orgulho da Liberdade.”

A Democracia é o único regime capaz de gerar uma história de educação.

Por isso a educação deve ser a prioridade acima de todas as prioridades.

Mesmo porque o “homem sem educação é a caricatura de si mesmo”, conforme lembra Friedrich Von Schlegel (1772-1829).

Ao contemplar a Rede Pública de Ensino com 30% da Receita auferida nos Impostos Estaduais, ampliando em 5% os atuais 25% de investimento obrigatório em educação, o Governo do Estado do Paraná resgata dívida histórica, repara acanhamento cultural já antigo, e prepara nossa gente, a melhor gente do Brasil, para merecer o melhor, o mais generoso, ensino público desta Pátria.

Assim seja.

Esta, sem dúvida, a maior premissa de ampla Cidadania.

O momento é auspicioso. Brilha a luz do Saber nesta decisão de governo, e nesta deliberação legislativa.

Nosso parecer é favorável, e pela tramitação urgentíssima.

Sala das Comissões, em 11.09.06.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente

RAFAEL GRECA - Relator

#### O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Também conforme o artigo 194, por se tratar de Reforma à Constituição, será aprovada a proposta pelo processo nominal.

Solicito à 1ª Secretária, Deputada Cida Borghetti, que proceda à chamada para voto nominal.

Deputado Tadeu Veneri, para encaminhar, o senhor tem dez minutos.

#### O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, na verdade eu não vou, obviamente, usar dez minutos, até porque me parece, Sras. e Srs. Deputados, que há um consenso aqui nesta casa com relação à necessidade de termos 30% na Constituição Estadual destinados ao ensino público. A minha preocupação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que no texto - e isso nós poderíamos, inclusive, conversar com o Líder do Governo para amanhã quando vamos discutir não a constitucionalidade, mas o mérito de podermos fazer emendas -, no texto diz que 30% serão aplicados no ensino público. A minha preocupação é que esses 30% aplicados no ensino público tanto possam ser no ensino básico, ensino fundamental, como também possam ser nas universidades. Acredito que a intenção do legislador, a intenção do próprio Executivo, é que tenhamos 30% aplicados. E tenho visto nos programas, pelo menos nos programas de televisão, programa eleitoral, esses 30% aplicados no ensino básico, mas como isso não está explicitado no texto da norma quer irá vigor na Constituição

com essa Emenda, poderemos ter amanhã, Deputado Barbosa, um entendimento de um Governador que diga o seguinte: 30% no ensino público. Ora, a universidade, a pós-graduação, o doutorado, o mestrado, estão incluídos dentro do ensino público. E por essa redação, nós poderemos ter, por exemplo, Deputado Durval Amaral, 15% sendo aplicados, ou 10% sendo aplicados, no ensino público de nível superior, que hoje costumamos ainda chamar de 3º grau, que na verdade é ensino superior e os outros vinte dentro do que consideramos fundamental que é o ensino básico.

A consulta que faço à Mesa, embora eu saiba que isso é uma matéria que já foi discutida lá quando foi feita a Comissão Especial se ainda caberia uma emenda para que pudéssemos fazer a correção, porque da forma como está - vou votar favoravelmente - vai ficar em aberto.

Já estou vendo aqui a assessoria da Mesa confirmar que realmente não há como fazer, mas vai ficar em aberto a possibilidade de termos os 30% aplicados no ensino público e não necessariamente no ensino básico.

Eu sei que o Sr. Presidente fez diversos seminários a respeito do ensino infantil e hoje obviamente que uma das intenções, inclusive pela proposta do novo Fundeb, o Fundo de Desenvolvimento de Ensino Básico, é que tenhamos o ensino básico contemplado, porque é a partir dele que poderemos fazer todos os demais ciclos. Só que dessa forma como está hoje, não sei, gostaria que me corrigissem se eu estiver errado, mas da forma como está hoje, permite - pelo menos é este o entendimento que eu tenho - que tenhamos 30% aplicados, desde o ensino básico, ensino fundamental, ensino médio, até o ensino superior, incluindo aí a pós-graduação, mestrado e doutorado.

Fica aqui a minha preocupação, Sr. Presidente, porque se for feito desta forma acho que deveríamos, na sequência, fazer novamente uma emenda, ou uma subemenda, a essa emenda para podermos corrigir esse texto.

Obrigado, Sr. Presidente, eram essas considerações, e só chamar a atenção do Plenário que poderemos estar votando - acho que a intenção é boa - mas votando uma emenda que ao invés de garantir ao ensino básico os 25% que já temos por lei nós ampliemos, mas abramos uma possibilidade de esses 30% serem aplicados inclusive no ensino superior.

#### O SR. BARBOSA NETO (PDT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, quero corroborar aqui o que foi colocado pelo Deputado Tadeu Veneri. Nós também temos esse entendimento, compreensão que não estando explicitado no texto possamos aprovar apenas um aumento de 5% em tese, no orçamento, mas que não contemple verdadeiramente o ensino básico.

Gostaria que a Mesa pudesse interpor, ou que pudéssemos ter, nesse momento, o direito de corrigir essa lei que é extremamente importante para o Estado do Paraná. Da forma como se encontra, já temos o ensino

superior englobado dentro do ensino público e é, na verdade, uma manobra que os governantes que não têm interesse de investir realmente no ensino básico, os 30% possam se utilizar.

Não sabemos quem será o Governador, mas é importante que esta Casa faça seu papel e evite até que o próximo Governador tenha que enviar a esta Casa alguma nova proposta para modificar a Constituição. Creio que é oportuno que possamos exaurir essa discussão, aproveitando o bom senso de todas as partes. Que se aprove o aumento para 30% de investimentos do orçamento na Educação e que isso seja realmente no ensino básico, no ensino fundamental, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Solicito à 1ª Secretária, Deputada Cida Borghetti que proceda à Chamada para a Votação Nominal dos Srs. Deputados.

Comunicamos aos Srs. Deputados que os que são favoráveis à Emenda se pronunciem com o SIM e os que são contrários com o NÃO.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)

(**Procede à Chamada Nominal dos Srs. Deputados**)

35 (trinta e cinco) Deputados votaram SIM.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT) (**Pela Ordem**)

Recebi um telefonema e não poderia deixar de registrar nesta Casa. Os vereadores Paulo dos Santos e Apolinário, da cidade de Toledo, Presidente do PT e Paulo dos Santos, se pronunciaram na gravação do horário eleitoral e na tarde de hoje eles foram tencionados no horário da Sessão. Não permitiram o pronunciamento dos vereadores cerceando o direito da livre exposição desses vereadores. Inclusive esses vereadores precisam andar com seguranças. Estamos pedindo que se ache uma forma de esses vereadores serem acompanhados por seguranças, porque infelizmente a Direita raivosa persegue e acusou isso na tarde de hoje na sessão da Câmara Municipal de Toledo.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está registrado!

Está **aprovada** por 35 votos favoráveis a Proposição nº 53/06, que altera os investimentos para a Educação de 25% para 30%.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2199, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2200, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2202, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2204 e 2211, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2205 e 2206, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2208, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2210, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 451/06.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 463, 464/06 e do Projeto de Resolução nº 014/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 452 e 495/06.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 086/06.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária para terça-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 501/05.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 451/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 283, 284, 429, 452, 459, 460 e 495/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 249, 353 e 458/06 e do Projeto de Resolução nº 015/06.

Levanta-se a Sessão.



**Publicações:****Atas de Comissão****Redação**

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
ATA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que a Deputada Cida Borghetti apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 501/06 e o Deputado Hermes Fonseca apresentou o Projeto de Lei nº 212/05, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, que será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(a) ALEXANDRE CURI - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
ATA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Durval Amaral apresentou redação final aos Projetos de Lei nº 146/06, 461/06, 462/06, 463/06, 464/06, 465/06 e o Projeto de Resolução nº 014/06, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, que será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(a) ALEXANDRE CURI - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

**Programa de Demissão Voluntária****Pedidos de Adesão**

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA  
PEDIDO DE ADESÃO

EDISON LUIZ TABORDA, matrícula nº 40464, endereço: Rua Scharffemberg de Quadros, 850; bairro: Centro - cidade de São José dos Pinhais; CEP: 83005-090 - PR. Remuneração mensal estimada em R\$ 3.949,38; CPF: 298.876.159-00; telefone: 88361127; lotação: Gráfica; data de nascimento: 15/10/53.

Solicito ao Sr. Dr. Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 515, de 01 de setembro de 2005, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: Designer Gráfico NTC-03.

Curitiba, 16.10.06.  
(a) EDISON LUIZ TABORDA

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA  
PEDIDO DE ADESÃO

ANTONIO JOSÉ COELHO FILHO, matrícula nº 40683, endereço: Rua Fredolin Wolf, 1184 - Casa 03; bairro: Pilarzinho - cidade de Curitiba; CEP: 82115-000 - PR. Remuneração mensal estimada em R\$ 3.587,98; CPF: 140.105.779-91; telefone: 99024080; lotação: Setor de Som; data de nascimento: 28/05/49.

Solicito ao Sr. Dr. Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 515, de 01 de setembro de 2005, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: Consultor Administrativo NUD-01.

Curitiba, 16.10.06.  
(a) ANTONIO JOSÉ COELHO FILHO

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA  
PEDIDO DE ADESÃO

MATILDE VALENTE DE CAMPOS, matrícula nº 40770, endereço: Rua O Brasil Para Cristo, 1709; bairro: Boqueirão - cidade de Curitiba; CEP: 81650-110 - PR. Remuneração mensal estimada em R\$ 2.777,29; CPF: 641.317.939-20; telefone: 3286-9799; lotação: Segurança; data de nascimento: 19/04/42.

Solicito ao Sr. Dr. Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 515, de 01 de setembro de 2005, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: Segurança NBA-06.

Curitiba, 16.10.06.

(a) MATILDE VALENTE DE CAMPOS

**PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA  
PEDIDO DE ADESÃO**

OTILIA DA SILVA, matrícula nº 40667, endereço: Rua Maestro Carlos Frank, 2461 - AP. 13 BL.

03; bairro: Boqueirão - cidade de Curitiba; CEP: 81210-010 - PR. Remuneração mensal estimada em R\$ 2.508,42; CPF: 621.957.439-72; telefone: 32860509; lotação: Protocolo; data de nascimento: 07/10/45.

Solicito ao Sr. Dr. Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 515, de 01 de setembro de 2005, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: Técnico Administrativo NBB-03.

Curitiba, 16.10.06.

(a) OTILIA DA SILVA